



Antíteses

ISSN: 1984-3356

hramirez1967@yahoo.com

Universidade Estadual de Londrina
Brasil

Fiuza, Alexandre Felipe

Uma ponte sobre o Atlântico: OS EXILADOS E AS RELAÇÕES ENTRE AS POLÍCIAS POLÍTICAS
BRASILEIRA E PORTUGUESA (1950-1970)

Antíteses, vol. 7, núm. 13, enero-junio, 2014, pp. 210-227

Universidade Estadual de Londrina
Londrina, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193331342011>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Uma ponte sobre o Atlântico:
OS EXILADOS E AS RELAÇÕES ENTRE AS POLÍCIAS POLÍTICAS
BRASILEIRA E PORTUGUESA (1950-1970)

*A bridge over the Atlantic: the exiled and the relations between
Brazilian and Portuguese political polices (1950-1970)*

Alexandre Felipe Fiuza ¹

RESUMO



Este trabalho se ocupa das relações estabelecidas entre as polícias políticas brasileira e portuguesa entre as décadas de 1950 e 1970. Tal pesquisa foi realizada a partir de bibliografia, de entrevistas e mediante consulta do material obtido junto à antiga documentação dos órgãos de repressão dos dois países, no caso, da DOPS – Delegacia de Ordem Política e Social dos Estados de RS, PR, SP, RJ, PE e PB e, no caso português, do Arquivo da PIDE/DGS – Polícia Internacional de Defesa do Estado/ Direcção-Geral de Segurança. Em especial, esta documentação traz a lume a vigilância das atividades exercidas pelos seus respectivos exilados, o que, por sua vez, igualmente levou a uma série de prisões. Trata-se de uma documentação inédita e que revela os contatos entre a repressão destes dois países, em diferentes contextos políticos no Brasil e em Portugal. Os documentos aqui analisados além de revelarem as atividades de vigilância, também denotam as próprias atividades políticas e culturais dos investigados. Portanto, além de esclarecerem os contatos entre os serviços de inteligência dos dois países, também nos trazem os contatos entre ativistas brasileiros e portugueses e, em muitos casos, suas ações no exílio.

Palavras-chave: Vigilância política. Repressão. Ditaduras. História de Portugal. História do Brasil.

ABSTRACT



This paper works with the relations established between the Brazilian and the Portuguese political polices between the decades of 1950 and 1970. This research was made with bibliography, interviews and through consultation with the material obtained with the old documentation of the organs of repression

¹ Licenciado em História pela UFPB, Mestre em Educação pela UNICAMP, Doutor em História pela UNESP/ Assis e Pós-Doutor em História Contemporânea pela Universidade Autônoma de Madri - Espanha. Docente do Curso de Pedagogia da Unioeste desde 2000 e do Mestrado em Educação (PPGE) desde 2006. Coordenador do PPGE (2011-2013 e 2013-2015). Bolsista Produtividade da Fundação Araucária(2012-2013).

of the two countries, in the case, of the DOPS – Department of Political and Social Order of the states of Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco e Paraíba and, in the Portuguese case, of the PIDE/DGS – International and State Defence Police/General Security Directorate archive. In special, this documentation brings out the vigilance of the activities practiced by their respective exiled, what, for its turn, equally took to a series of imprisonments. It is a documentation not published before which reveals the contacts between the repression acts of these two countries, in different political contexts in Brazil and in Portugal. The documents here analyzed, besides revealing the vigilance activities, also demonstrate the political and cultural activities of the investigated ones. Thus, moreover elucidating the contacts between intelligence services from the two countries, they also bring us the contacts between Brazilian and Portuguese activists and, in many cases, their actions in exile.

Keyword: Political vigilance. Repression. Dictatorships. History of Portugal. History of Brazil.

Introdução

Uma recorrente troca de informações entre as polícias políticas do Brasil e de Portugal pode ser observada durante as décadas de 1950 e 1970. Enquanto Portugal viveu uma longa ditadura (1926-1974), o Brasil no mesmo período atravessou duas ditaduras (1937-45 e 1964-85). Por sua vez, as instabilidades políticas nestes diferentes contextos podem ser notadas na documentação da DOPS – Delegacia de Ordem Política e Social² dos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco e Paraíba, bem como nos documentos alocados no Arquivo da PIDE/DGS – Polícia Internacional de Defesa do Estado/ Direcção-Geral³ de Segurança, sediado no Instituto dos Arquivos Nacionais (IAN), na Torre do Tombo (TT), em Lisboa. Os documentos encontrados nestes acervos revelam tanto a troca de informações entre as polícias políticas brasileira e portuguesa, como o papel desempenhado pelos serviços diplomáticos no controle da oposição no exílio.

Por conseguinte, esta vigilância não era exercida unicamente junto aos opositores do campo político, mas igualmente entre artistas, estudantes e pessoas não diretamente ligadas a partidos políticos de esquerda ou a sindicatos. Por exemplo, no campo cultural, as peças teatrais portuguesas apresentadas no exterior eram visadas pela censura em Portugal e durante sua apresentação no estrangeiro eram conferidas pelos cônsules portugueses (AZEVEDO, 1999, p. 190). Neste contexto, as embaixadas também foram importantes pontos de apoio entre um governo e outro. Logo, o embaixador português recebia informações das DOPS que, por sua vez, também as enviava diretamente à PIDE.

² Embora chamados também de DOPS, há uma alternância do significado da sigla até mesmo na documentação oficial, como Divisão, Delegacia ou Departamento de Ordem Política e Social, que no caso paulista foi criado pela Lei nº. 2034, de 30 de dezembro de 1924. Em 1944, levaria o nome de Delegacia e, em 1945, de Departamento. Em 1975, passou a se chamar Departamento Estadual de Ordem Política e Social - DEOPS, muito embora a Lei não tenha sido modificada.

³ Mantivemos a grafia do português de Portugal nas citações e nos nomes das instituições e órgãos portugueses citados.

Outro dado pouco discutido pela historiografia dos dois países é que mesmo durante o intercuro democrático no Brasil, de 1945 a 1964, houve uma relativa troca de informações entre as polícias políticas dos dois países. Uma das explicações para tal fenômeno se explica pela interdependência entre as DOPS nos diferentes Estados brasileiros. Afinal, no caso de governos estaduais de um campo mais conservador suas respectivas polícias podiam em maior ou menor grau oferecer seus serviços ao regime salazarista. Outro dado relevante é que o delegado responsável pela DOPS poderia também reproduzir uma frequente reciprocidade na troca de informações, independente do ambiente político e em razão de um corporativismo militar. No que concerne às atividades políticas dos brasileiros em seu próprio país, as DOPS abasteceram de informações seus arquivos e com o Golpe Militar de 1964⁴, estas radiografias se traduziram em processos repressivos mais efetivos.

Diálogos entre a ditadura portuguesa e brasileira

A documentação da polícia política de Portugal traz algumas variantes em relação ao caso brasileiro⁵, a mais nítida decorre de sua longa existência em período ditatorial, que vai de 1933 a 1974. Inicia-se com a criação da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE), pelo Decreto-Lei nº 22.992, de 29 de agosto de 1933, mais tarde substituída pela PIDE, criada em 22 de outubro de 1945, pelo Decreto-Lei nº 35.046, por fim também suprimida com a criação da DGS, pelo Decreto-Lei nº 49.401, de 24 de novembro de 1969.

Após o *25 de Abril de 1974*, data que ficou conhecida como a Revolução dos Cravos, quando da derrubada da ditadura portuguesa, os revolucionários portugueses encontraram estes arquivos e tiveram acesso a uma vasta documentação. Porém, a partir de 25 de novembro de 1975, quando da derrota da esquerda portuguesa no processo revolucionário em curso, novamente estes arquivos estariam sob o poder de outros grupos políticos. Portanto, após a queda da ditadura, tal documentação esteve sob a guarda de dois extremos políticos da sociedade portuguesa. Acredita-se que a totalidade desta documentação esteja mesmo depositada na Torre do Tombo desde 1992. Não obstante, outros arquivos são também passíveis de análise, pois:

4 Atualmente, algumas pesquisas reiteram a necessidade de uma revisão da tipificação do regime por meio da incorporação do termo “civil-militar”. Por esta perspectiva, o Golpe e a manutenção da ditadura se constituiriam da conjugação de interesses civis e militares. A nosso ver, tal preocupação tem fundamento desde que não se maximize este apoio civil e se atenua o decisivo protagonismo dos militares nestes vinte e um anos de ditadura no Brasil. Por outro lado, novas releituras do período tergiversam ao justificar a teoria dos dois demônios ou a do estado de guerra (entre um projeto socialista de sociedade e outro, supostamente, democrático, liberal e capitalista), debate este típico da historiografia sobre a ditadura argentina, mas que se diferencia nitidamente do caso brasileiro pela experiência de guerrilha desencadeada antes do Golpe militar naquele país.

5 O acesso a tais documentos decorreu de uma pesquisa de doutorado, por intermédio de um estágio sanduíche Capes junto ao Centro de História da Universidade de Lisboa; bem como resulta de outras quatro pesquisas junto ao mesmo arquivo em outras viagens de trabalho a Portugal nos anos seguintes.

[...] a Pide não agiu sozinha. Às pessoas, individuais, ou colectivas, às instituições, a lei aconselhou ou obrigou à colaboração activa com a polícia política. É assim que outros arquivos são complementares deste, muito para além dos organismos de que dependeu ou com os quais manteve contactos preferenciais (COSTA, 1997, p. VI).

Logo, a autora relembra que, além do arquivo da PIDE/DGS, os milhares de “bufos”, ou seja, informantes, bem como os inúmeros arquivos alocados na Torre do Tombo são fontes importantes para a compreensão do funcionamento da polícia política, como os arquivos do Ministério do Interior, Secretaria de Estado/ Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo Salazar, Secretaria/ Secretaria Geral da Presidência do Conselho, Secretariado de Propaganda Nacional/ Secretariado Nacional de Informação/ Secretaria de Estado da Informação e Turismo, Direcção-Geral dos Serviços de Censura, Direcção-Geral de Turismo, Legião Portuguesa, entre outros.

Apesar de centrar sua pesquisa na atuação da polícia política portuguesa de 1926 a 1945, Maria Ribeiro caracteriza o fim último deste tipo de instituição:

[...] a polícia política foi, sem dúvida, um instrumento fundamental para a consolidação e a manutenção do Estado Novo, não apenas pela sua acção repressiva mais directa, mas também – ou talvez sobretudo – ao fomentar o medo, compondo uma imagem global de onisciência ominipresente (que, como vimos, se afastava significativamente da sua actuação real), contribuindo assim decisivamente para concitar a atitude de conformismo social e político que o regime se aplicava em instalar e adestrar (RIBEIRO, 1995, p. 276).

A autora assevera justamente sobre as ações efetivas da polícia e sua consequente representação de poder junto à população. Logo, estas práticas produziam duplos efeitos de controle social, como o ocorrido com a censura em ambos os países. Ao censurar produz-se o efeito do corte imediato da obra artística e tem sua continuidade no desencadear de um processo de autocensura junto ao censurado. O censor, racional ou inconscientemente, se incorpora no autor. No tocante à repressão policial, esta sensação de insegurança ante os poderes ditatoriais produz também este poder ambivalente. Todavia, o fato é que o medo e a ameaça efetiva não são perceptíveis, podiam ou não se traduzir na prisão ou na condição de vigiados. Na dúvida, a “lógica da desconfiança” também se refletiu na oposição política.

Não obstante, a violenta repressão portuguesa não se construiu unicamente na disseminação do medo, ela teve na PIDE seu principal braço armado. Além de contar com cursos no exterior, como nos EUA, também possuía uma Escola Técnica, que além de formar

seus quadros, formava elementos de outras instituições para atuarem secundariamente na repressão política, como a Polícia Judiciária, Polícia Militar, Guarda Nacional Republicana e até mesmo o pessoal dos Correios, voltado a já conhecida violação das correspondências.⁶ Nesta estrutura, os alunos aprendiam noções de Direito, organização de processos, fotografia, armamentos, doutrinas políticas, polícia científica, entre outros temas (CAMPOS, 1974).

A repressão também contava com o apoio decisivo dos tribunais, e não apenas militares. Afinal, em ambos os países, os tribunais e seus juízes também foram ora coniventes ora responsáveis pela dureza imposta pelas penas relacionadas aos julgamentos de ordem política. Estes juízes, além de não terem sido processados ao final das ditaduras, foram muitas vezes poupados até mesmo das denúncias. A leitura de alguns processos da PIDE revela uma visão extremamente parcial destes juízes, imbuídos de uma perfeita sincronia com a ideologia da ditadura e omissos em relação às acusações de tortura e de incompatibilidade entre a lei e o tempo de prisão dos acusados.

O arquivo da PIDE/ DGS continua sendo objeto de atenção por parte dos pesquisadores e de pessoas que possuem fichas ou que buscam referências de parentes fichados naquela antiga polícia política. Na apresentação do livro *Guia de Exposição da PIDE/DGS*, José Mattoso enfatiza a importância de seu conteúdo: “tão variado, tão surpreendente e tão emocionante, pelo que revela de íntimo, de oculto, de apaixonado, de polémico, de generoso, de perverso, enfim de obscuro início de uma nova era para a sociedade portuguesa” (MATTOSO, 1997, p. I).

Ao final da ditadura, as fichas políticas despertaram prontamente a curiosidade “daqueles que passaram pelas malhas da Pide”. Segundo depoimento do jornalista e poeta João Apolinário, apenas quatro meses após o 25 de abril, estes registros serviram como salvo conduto num tempo em que a desconfiança ainda pairava no ar: “[...] carteira de identidade que prova que seu titular foi vítima dessa polícia e, conseqüentemente, não pode ser suspeito de ter colaborado nessa fantástica rede de informantes montada em todo o país, coisa que, aliás, muita gente está ansiosa por provar” (APOLINÁRIO, 1974, p. 28). Entretanto, a PIDE não foi uma instituição única, outras polícias políticas, como as DOPS, também se encarregaram da vigilância e da prisão de seus opositores.

Um tipo de material recorrente nestes arquivos são os relatórios, cujos temas orbitam na vigilância das atividades dos estudantes portugueses e brasileiros. Por exemplo, um documento secreto do arquivo da PIDE, em que aparece o título “Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro”, revela um relatório geral da “semana de 14 a 20 de janeiro de 1962”, feito por um informante não identificado para a Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro e reencaminhado à PIDE. Neste relatório fica claro que o informante participava dos círculos

⁶ Aliás, prática também frequente na ditadura brasileira como se depreende em documentos encontrados nos arquivos das DOPS.

denunciados mediante informações pormenorizadas das ações dos antisalazaristas portugueses no Brasil. No relato são explicitadas tais ligações entre as polícias: “Entre as minhas relações nos meios jornalistas, figura Henrique Cabanas, da ‘Última Hora’, e da UNE, membro do Partido Comunista e fichado por isso na DOPS [...]” (IAN/TT, PIDE-DGS, Proc. 2563, CI[2], NT-7217, p. 106).

Na mesma fonte foram informadas ainda as atividades dos portugueses antisalazaristas do Uruguai, em particular a publicação do jornal *Portugal Libre*, editado em Montevideu. Também foi registrada a atuação da União Portuguesa de Estudantes do Brasil e pormenores sobre suas assembleias. Informou igualmente sobre o fim do jornal *Oposição Portuguesa*, importante veículo de crítica à ditadura salazarista. A relação do informante com setores oposicionistas é ainda mais explícita na seguinte passagem:

Há dias tive ocasião de ser apresentado a um estudante de direito, de São Paulo, ex-presidente da UNE, Volney Correia Leite Morais Júnior⁷, de origem portuguesa, membro do Partido Comunista Brasileiro, assim como o pai, e morador em São Paulo [...] esteve no verão passado em Lisboa, a caminho de Moscovo, onde participou no Fórum Mundial da Juventude. Ali conheceu alguns portugueses membros da delegação da juventude portuguesa [...] Rio de Janeiro, 20 de Janeiro de 1962. (IAN/TT, PIDE-DGS, Proc. 2563, CI[2], NT-7217, p. 107).

No mesmo processo acima consta também um documento com seis páginas intitulado: “Informações sobre o comunismo mundial”, relatando o período referente a uma semana de junho de 1961, anexado à informação sobre Volney em razão de um tópico sobre o Fórum da Juventude Mundial. No canto superior da primeira página desta fonte vem a seguinte nota: “Extrate-se para as organizações, países e indivíduos”. Neste relatório constam informações sobre os partidos comunistas no Peru, China, URSS, Uruguai, Alemanha, da “África Negra”, da Índia, até mesmo uma informação sobre um festival de cinema em Leipzig, na Alemanha. Há duas informações sobre o Brasil. A inicial alerta que a “União Nacional dos Estudantes do Brasil (UNEB)” convidou “a primeira delegação soviética de estudantes que visita[va] o Brasil” (IAN/TT, PIDE-DGS, Proc. 2563, CI[2], NT-7217, p. 05). A outra informa sobre as ações do Partido Comunista do Brasil (PC do B) em manifestações favoráveis a Fidel Castro e sobre a viagem de cerca de 300 militantes comunistas a Cuba, com as despesas “pagas pela Embaixada da URSS do Montevideo” (Ibidem).

Estes relatórios, na maioria das vezes, foram produzidos por pessoas infiltradas em movimentos de oposição política. Por exemplo, entre 1962 e 1964, há uma série deles assinados por Pedro da Silveira⁸, aqui um possível pseudônimo, sobre as atividades de

⁷ Atuou até 2005, como Juiz do Tribunal de Alçada Criminal de São Paulo.

⁸ Não confundir com o poeta e militante antifascista português Pedro Laureano de Mendonça da Silveira (1922-2003).

portugueses exilados no Brasil, como Camilo Tavares Mortágua e Alípio de Freitas, além de informações sobre o movimento estudantil, a respeito de africanos ligados aos movimentos de libertação colonial e elementos detalhados dos temas discutidos em reuniões de oposicionistas.

Por sua vez, Alípio de Freitas⁹, ex-padre português, veio para o Brasil no início de 1957 a convite de uma universidade do Maranhão e do Arcebispo de São Luís. Saiu da Igreja em 1962. Militou nas Ligas Camponesas, no Maranhão, estendendo sua atuação para outros Estados, inclusive junto à Paraíba, onde o movimento foi mais representativo durante a liderança de João Pedro Teixeira. Sua segunda militância política se deu na luta contra ditadura junto à Ação Popular (AP) e ao Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT). É imputada a Alípio a organização do violento atentado ao Aeroporto de Guararapes em que o Presidente Costa e Silva era o alvo principal, em 25 de julho de 1966. Este ato não atingiu seus objetivos e acabou matando o militar reformado Nelson Gomes Fernandes e o jornalista Édson Régis de Carvalho, bem como ferindo outras quatorze pessoas.

Em razão desta militância e de sua longa prisão nos cárceres da ditadura brasileira, o músico português José Afonso compôs em 1976 a canção *Alípio de Freitas* denunciando a ditadura brasileira e a prisão de Alípio. Em 1976, depois de transferido para um anexo do presídio carioca Milton Dias Moreira, na rua Frei Caneca, Alípio de Freitas recordou que lá os presos políticos podiam receber uma visita diferente a cada semana. Porém, havia uma específica restrição, o: “[...] único veto existente era ao Chico Buarque, a que os Órgãos de Segurança votavam um ‘carinho’ especial” (FREITAS, 1981, p. 236).

O mesmo Alípio nos deu uma interessante versão sobre a atuação política da cantora Elis Regina, outra artista representativa da oposição à ditadura brasileira e de significativa inserção em Portugal, a exemplo de Chico Buarque, asseverando sobre um gesto de solidariedade da cantora, apesar dela, segundo a versão do entrevistado, ter preferido o anonimato: “Elis sempre ajudou os grupos que estavam na clandestinidade. Uma vez ela deu-me um cheque, assinou, mas não tinha o quanto” (FREITAS, 2004). Essa proximidade levou Alípio a sugerir que Elis gravasse canções de José Afonso. Assim, depois de uma conversa em janeiro de 1982, o português retornou à Moçambique para onde levou discos autografados por Elis para um amigo. De Portugal planejou trazer naquele mesmo ano alguns discos de José Afonso para Elis ouvir. O fato é que os dois dias que levou para chegar até Moçambique foi justamente o período em que morreu a cantora e ele se recorda do espanto do amigo que, provavelmente, recebeu os últimos autógrafos e dedicatórias de Elis Regina.

⁹ Sobre sua trajetória política no Brasil, ver seu livro de memórias: FREITAS, Alípio de. *Resistir é preciso: memória de um tempo da morte civil no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 1981. Sobre sua participação junto ao atentado ao aeroporto de Guararapes, ver: SANTOS, Francisco Sá Barreto dos. *A construção do fato pelo discurso midiático: o caso do atentado a bomba no Guararapes*. Dissertação em Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

Enfim, Alípio de Freitas, ao voltar a Portugal, fundou a *Casa do Brasil de Lisboa* para dar apoio aos brasileiros imigrantes, sendo ainda hoje um centro de referência para aqueles que chegam à capital portuguesa. Esta associação teve um desenvolvimento e um histórico que lhe permitiu ser reconhecida pelo governo do Brasil como interlocutora dos brasileiros que lá vivem. Em dezembro de 2004, teve aprovado pelo governo brasileiro seu pedido de indenização pela prisão e tortura sofrida no país.

Camilo Mortágua, por sua vez, foi protagonista junto com o militante português Henrique Galvão (1895-1970), de um dos atos políticos mais conhecidos contra a ditadura portuguesa ante a imprensa internacional, pois ele liderou o sequestro do navio português Santa Maria. Segundo o próprio Mortágua, depois desta ação, voltou “para o Brasil, onde permaneci de 1961 a 1966” (MORTÁGUA, 2010). Ao voltar para a Europa, participou da Liga de União e Acção Revolucionária (LUAR). Esta organização armada chegou a contar com músicos engajados portugueses para o trabalho de divulgação, entrega e recebimento de mensagens do grupo, no país e no exterior. Uma das ações mais espetaculares foi realizada pela LUAR, em maio de 1967, com o assalto à uma agência do Banco de Portugal na cidade litorânea de Figueira da Foz. Segundo os autores, “[...] comando que levou a cabo a operação com êxito total, incluía elementos com uma longa prática antifascista e revolucionária, recolhidas na América latina, sobretudo no Brasil, junto da emigração política” (MARTINS, LOUREIRO, 1980, p.15).

Voltando ao relatório citado anteriormente, há que se enfatizar que tal tipo de informe não é neutro, nem mesmo uma prova irrefutável da infiltração, afinal, o informante vende justamente essa imagem de que é portador de uma informação incontestável, o que pode não ser verdade ou que ainda pode ser resultado do trabalho de algum outro informante. De qualquer maneira, o exemplo utilizado caracteriza uma das facetas da ação das embaixadas no campo da espionagem política.

Por sua vez, a DOPS foi criada no Brasil antes do período ditatorial do Estado Novo (1937-45), entre 1923 e 1924, mas não foi menos intensa em repressão política que seu congênere português, principalmente contra os militantes de esquerda e contra os trabalhadores organizados, inclusive estrangeiros. Assim, diferente da PIDE/ DGS que acompanhou a longa ditadura portuguesa, a polícia política brasileira viveu interregnos democráticos, mas nem por isso ausentes de repressão política e social e de frequente trabalho de vigilância política contra os mais variados espectros do campo político.

Estas duas polícias políticas nacionais coexistiram e seus contatos foram ainda mais perceptíveis na documentação oficial nas décadas de 1950 e 1970, ao menos nos documentos das DOPS. É provável que o período que abrange o final da década de 1960 e o início da de 1970 esteja coberto também pelo serviço de algum outro órgão, como o Serviço Nacional de Informações (SNI) ou pelas Divisões de Serviços de Informações espalhadas pelo país. Na

DOPS de Pernambuco foi encontrado um dossiê intitulado *Portugal*¹⁰ (que reúne uma documentação diversa nos assuntos e no período abrangido) e adensado posteriormente por outros informes. Nele, consta um esquema de blindagem à visita ao Brasil do Presidente “eleito” de Portugal, Craveiro Lopes (1894-1964), em 1957, sendo registrados, além de planos de percurso da comitiva e de mobilização de pessoal, também um mapeamento da oposição política através de um “relatório de registro de estrangeiros”. Em 1961, este dossiê seria adensado com informações sobre o jornalista português Miguel Urbano Tavares, cujo registro inicial data de 29 de janeiro de 1961.

Sobre esta visita de Craveiro, em 1957, também denunciou o escritor português Edgar Rodrigues, exilado no Brasil a partir de 1951, que no Hotel Guanabara estavam hospedados agentes da PIDE para, segundo o escritor, “limpar o terreno” antes da chegada da comitiva de Craveiro. Segundo o mesmo escritor, esta operação teria movimentado a: “[...] organização policial do fascismo salazarista, cujos agentes chegaram munidos da lista dos nomes dos perigosos opositores ao governo português, para com a ajuda da Polícia brasileira deter os subversivos lusitanos” (RODRIGUES, 1975, p. 30). Esta lista citada deve ser a mesma que consta no arquivo da DOPS de Pernambuco, o que comprovaria esta estratégia das duas polícias realizada em pleno governo democrático do Presidente “bossa-nova” Juscelino Kubistchek. Estas relações podem ser explicadas, em parte, pelas especificidades das políticas estaduais a que estavam submetidas as DOPS.

Com a *Revolução dos Cravos* em 1974, uma nova leva de exilados brasileiros afluiu para Portugal, país que, segundo a pesquisadora Lucili Cortez: “[...] passou a atrair exilados de vários países, principalmente da América Latina, conforme relata Gilvan Rocha, os quais foram concentrados numa colônia de férias de trabalhadores na Costa da Caparica” (2000, p. 656). Uma parte dos brasileiros atuou junto aos movimentos de libertação colonial e alguns estiveram ligados ao Instituto de Ação Cultural (IDAC), fundado por exilados brasileiros, com destaque para Paulo Freire, em janeiro de 1971, em Genebra. Até por volta de 1979, este grupo realizou projetos de educação formal, como bem assevera Balduino Andreola em uma entrevista sobre o tema: “[...] assessoria a governos em programas de formação de cooperantes e de desenvolvimento; pesquisa/ação na área de mulheres; programas nacionais de planejamento para a alfabetização (em países africanos) [...]” (FREIRE, 2012).¹¹

Se os militantes de esquerda escolheram Portugal como mais um destino onde poderiam continuar sua organização política e suas redes de denúncia contra a ditadura, o Brasil foi igualmente o destino de inúmeros salazaristas. Expressão máxima desta rota é que o próprio Marcelo Caetano, último presidente do Conselho de Ministros da ditadura

10 Ficha *Portugal*, n.º 30318, registro inicial: 1957, Arquivo DOPS/ PE, Arquivo Público do Estado de Pernambuco. No mesmo dossiê consta ainda uma carta de Plínio Salgado “aos integralistas” concluída pelo jargão: “pelo bem do Brasil”, aliás, semelhante ao “A bem da Nação” que figurava em ampla documentação oficial da ditadura salazarista.

11 Em 1980, o IDAC se transferiu para o Brasil, onde seguiu atuando na área de projetos sociais. Parte deste grupo veio a se reunir mais tarde no Centro de Criação e Imagem Popular (CECIP).

portuguesa, o próprio presidente do país e os principais dirigentes de toda estrutura ditatorial, escolheram o país como local de exílio, fugindo da Revolução de 1974. Aqui ficaram livres dos atos cometidos em Portugal e ainda publicaram “heroicamente” suas memórias e suas “denúncias”¹² contra os “capitães de abril”.

Os órgãos de repressão dos dois países, apesar dos regimes autoritários e do uso da tortura em comum, enfrentavam realidades distintas, afinal significativos setores militares portugueses já se voltavam contra a ditadura a partir do final da década de 1960, principalmente devido à fratricida Guerra Colonial empreendida na África. Apesar destas diferenças houve entre 1964 e 1974 uma colaboração entre a PIDE/ DGS e as DOPS, em particular, do Rio de Janeiro e de São Paulo.

A pesquisa junto aos arquivos da PIDE/ DGS comprova esta relação, como indica uma troca de ofícios entre o Inspetor da DGS, Silvio da Costa Mortágua e o Delegado Titular da Delegacia Especializada de Ordem Política, de São Paulo, Alcides Cintra Bueno Filho (IAN/ TT, PIDE/DGS, proc. 965, CI [2], NT-7023). Este último delegado, conhecido por “Porquinho”, esteve ligado a uma série de casos de tortura e desaparecimento de presos políticos. Ele aparece também como torturador em inúmeras denúncias, bem como no sítio Documentos Revelados¹³, além de ser escolhido pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury e pelo falecido senador Romeu Tuma para ser o “coveiro oficial” da DOPS paulista, como o responsável pelo desaparecimento dos corpos dos presos mortos sob tortura. Sua competência nesta atividade ao menos lhe rendeu um nome de rua na cidade de São Paulo, na Vila Amália.

O delegado “Porquinho”, no ofício 001/73 datado de 30 de janeiro de 1973, registrou: “Conforme o combinado, encaminho a V. S. toda a propaganda apreendida por esta Delegacia Especializada de Ordem Política, proveniente de vários países e que tratam de propaganda política portuguesa” (IAN/ TT, PIDE/DGS, proc. 965 CI [2], NT-7023). Em resposta, o inspetor da DGS, Silvio da Costa Mortágua, agradeceu e afirmou:

Verifiquei que todos aqueles documentos foram endereçados à redacção do Jornal “Portugal Democrático”, na Rua Libero Badaró. Como sei que de Portugal seguem notícias falsas e tendenciosas também endereçadas à redacção do mesmo “jornaleco”, muito grato lhe ficaria, fizesse accionar os seus Serviços no sentido de detectar tais notícias e delas fazer remessa, por fotocópia, sem interrupção do seu destino [...] (IAN/ TT, PIDE/DGS, proc. 965 CI [2], NT-7023).

12 Por exemplo: CAETANO, Marcelo. *Depoimento*. Rio de Janeiro: Record, 1974; VINHAS, Manuel. *Profissão exilado*. Rio de Janeiro: Portugália Editora, 1976.

13 Disponível em: < <http://www.documentosrevelados.com.br/nome-dos-torturadores-e-dos-militares-que-aprenderam-a-torturar-na-escola-das-americas/lista-dos-torturadores/> >. Acesso em 03 mar. 2014. Segundo esta fonte, ele foi: “Delegado da PF; lotado no DOPS-SP (1969-1975); encaminhava ao IML os corpos de militantes mortos sob torturas, com a versão falsas para “legalização” dos crimes”.

Há de se notar que o principal jornal de oposição à ditadura portuguesa no Brasil, o Portugal Democrático, teve seus passos observados pela polícia brasileira também em razão dos interesses do governo português. Quanto à sugestão de não interromper o destino das cartas, dada pelo inspetor, denota uma estratégia utilizada pela ditadura portuguesa ao violar as correspondências, fotocopiá-las e reenviá-las ao destinatário. Segundo o ativista político português António Brotas¹⁴, a primeira máquina fotocopadora a entrar em Portugal teria sido comprada justamente para este fim.

Como demonstrado anteriormente, a documentação do arquivo da PIDE/DGS revela que antes mesmo do Golpe de 1964 no Brasil já havia um trânsito entre a polícia brasileira e o governo português. Numa informação de 11 de outubro de 1960, foi pedida uma reunião do “Inspetor da Divisão de Polícia Política e Social do Departamento Federal de Segurança Pública do Brasil”¹⁵, Alberto J. Soares, com o Presidente do Conselho de Ministros de Portugal, António de Oliveira Salazar. O informe também apresenta este brasileiro como informante da Embaixada de Portugal no Brasil e como portador de informações relevantes: “especialmente em todos os incidentes levantados pelo ex-general [Humberto] Delgado desde a sua chegada ali [...] está há trinta anos em contacto com as atividades políticas do Brasil [...]”. Além disso, enfatiza a importância de se obter informações em relação à sucessão presidencial: “Parece conhecer em detalhe elementos que caracterizam a personalidade do futuro presidente do Brasil, Doutor Jânio Quadros, que se reputam úteis [...]”. Por fim, completa: “Amigo e colaborador devotado de todos os elementos da colônia portuguesa que apoiam o Governo português”(IAN/ TT, PIDE/DGS, proc. 965 CI [2], NT-7023).¹⁶

O General Humberto Delgado referido no documento em apreço foi o candidato de oposição ao Governo de Salazar em 1958 e, embora os claros sinais de vitória foi derrotado e sobre este resultado pesou a acusação de mais uma fraude eleitoral no salazarismo. Tal fato também levou à expulsão de Portugal do jornalista brasileiro Domingos de Lucca Júnior que cobria estas eleições e que teria apontado estas evidências de fraude no pleito.

Em razão de sua importância como líder oposicionista e pelas ameaças sofridas, o General se asilou na Embaixada Brasileira em Lisboa, o que levou a um intenso debate entre os dois governos. O governo de Salazar teve um significativo apoio na Imprensa brasileira por intermédio da cadeia Diários Associados, de Assis Chateaubriand, simpatizante do ditador e desafeto de Delgado. Ao final de três meses e mediante o apoio do embaixador brasileiro Álvaro Lins e de setores da sociedade brasileira, o General desembarcava no Brasil, onde continuou sua campanha contra a ditadura portuguesa. Sua trajetória de maior oposicionista em atividade seria barrada com seu assassinato e de sua namorada brasileira Arajaryr Campos, em 1965, na cidade espanhola de Badajoz, fronteira com Portugal, por

¹⁴ Em 2004, num depoimento ao autor em Lisboa, testemunhou sobre o período em que foi preso em Recife pela DOPS.

¹⁵ Órgão pertencente ao Distrito Federal.

¹⁶ O documento em apreço trazia duas anotações: “Abrir processo CI-2 para ‘Polícia Brasileira’” e “O original foi enviado a S. E. o Presidente do Conselho”.

agentes da PIDE. Este caso denota até que ponto chegava as forças de repressão da ditadura portuguesa.

A proximidade política entre os regimes, apesar de instável, está expressa nos arquivos das DOPS, onde são encontrados inúmeros prontuários de portugueses. No acervo da DOPS do Paraná, junto ao Departamento Estadual de Arquivo Público (DEAP), a ficha do músico português Sérgio Godinho traz informações quanto à sua expulsão do Brasil por ato do Presidente da República. Ele esteve exilado na Suíça a partir de 1965 para fugir do serviço militar em Portugal. Em 1971, iniciou contato com os atores do Living Theatre e no mesmo ano se juntou ao grupo em Ouro Preto, Minas Gerais, onde seriam presos acusados de porte de drogas e por subversão (GODINHO, 2004).¹⁷

A queda da ditadura portuguesa também deixou de sobreaviso a polícia política brasileira. Nos fichários individuais do arquivo da mesma DOPS do PR, encontra-se um prontuário¹⁸ do português Mário Soares, datado de 12 outubro de 1977, que alertava sobre seus contatos no ano anterior com Fernando Gasparian para a criação do Partido Socialista Brasileiro. No arquivo do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS), alocado junto ao Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), é encontrado um documento em que é relatada uma entrevista de Mário Soares à revista francesa L'Express, que teria sido reproduzida no Jornal da Cidade, em Bauru. Tal informe foi repassado pela Delegacia de Polícia de Bauru em sua resenha mensal à capital. Sobre a matéria, o documento assevera que o líder socialista: “recomenda o uso da violência de todos os tipos – ‘pressão popular’, ‘luta armada’, ‘rebelião-militar e civil’ – como único meio de mudar o regime de Portugal” (Pasta 50-Z-317-1537, prontuário de Mário Soares, Arquivo DEOPS, APESP).

Na documentação do DEOPS também aparece outra preocupação da polícia política brasileira, no caso, as eleições dos deputados entre o círculo eleitoral dos imigrantes. Por meio da informação confidencial, com origem no Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/ MRE), o documento “Portugal – Candidatos do PCP”, de 1976, informou: “Alexandre Castanheira Barradas de Carvalho, Urbano [sic!] Tavares Rodrigues, Marques dos Santos e Francisco Cabeção Pinheiro foram indicados candidatos do PCP pelo circulo eleitoral dos imigrantes”. Na sequência, o informe pede providências para que as comunidades de segurança, “[...] sobretudo as de fronteira e alfândega, [fossem] alertadas para os riscos de esses indivíduos tentarem penetrar no Brasil até 25 de abril vindouro com vistas a desenvolver atividades de propaganda política junto à colônia portuguesa” (Pasta 50-E-29-212, Arquivo DEOPS, APESP). Por fim, o mesmo documento faz uma confusão entre os irmãos Miguel e Urbano (1923-2013): “Dos elementos acima, pelo menos Urbano Tavares Rodrigues viveu longos anos no Brasil, sobretudo em São Paulo”. Na

¹⁷ Ver ainda: *Diário de Judith Malina*. O Living Theatre em Minas Gerais. Belo Horizonte, Arquivo Público Mineiro, 2008.
¹⁸ Fichário Individual, n.º 33.137, datado de 12.10.1977, Arquivo DOPS, DEAP.

verdade, foi Miguel Urbano Rodrigues quem viveu dezessete anos neste Estado, teve filhos e netos e foi preso pela violenta Operação Bandeirantes (OBAN).

Num dossiê da DOPS/ PR intitulado “Infiltração Comunista Portuguesa”, presente na pasta “Partido Português Comunista no Brasil”, é evidenciado o olhar da ditadura brasileira para as possíveis mudanças no país em relação às lideranças locais da comunidade portuguesa. Com o mesmo ideário carregado das imagens tão caras ao vocabulário dos ideólogos da ditadura, como a ideia de “infiltração”, este informe confidencial do III Exército alerta: “Há planos de portugueses radicados no BRASIL de transformar os escritórios de turismo e de despachantes de viagens, em órgãos de informações. Assim, sob essa fachada, os comunistas portugueses passariam a recolher informes sobre a Colônia Lusitana radicada no BRASIL” (Pastas Temáticas, n.º 1.508, topografia 181, informe n.º 199-EZ/75, datado de 20.10.1975, Arquivo DOPS, DEAP).

Outro exemplo de documentação é o Dossiê Subversivos Portugueses¹⁹, encaminhado pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná ao Serviço Nacional de Informações – Agência Curitiba, onde é informado que, a partir de depoimento de “fonte idônea, pertencente à Colônia Portuguesa”, depois da queda da ditadura portuguesa, havia planos de portugueses radicados no Brasil de repassar informações sobre a colônia portuguesa no Brasil para o governo português por intermédio de uma rede de agentes.

Uma outra preocupação expressa no mesmo documento advém de um suposto plano do governo português (um ano e meio depois da Revolução dos Cravos) em substituir os antigos salazaristas que comandavam as associações portuguesas no Brasil, por vezes tão coniventes e mesmo prestativas com as ditaduras: “2. Desde suas fundações, as entidades da Colônia portuguesa no BRASIL (Casa de Portugal, União das Comunidades de Cultura Portuguesa e outras) vem sendo dirigidas por aristocratas lusitanos ou por elementos pertencentes à alta sociedade” (Pastas Temáticas, n.º 1.508, topografia 181, informe n.º 199-EZ/75, datado de 20.10.1975, Arquivo DOPS, DEAP). Aliás, essa era uma crítica frequente da oposição ao salazarismo no Brasil. O autor do informe conclui: “Os comunistas portugueses estão iniciando um movimento de ‘conscientização’ juntos aos filiados dessas entidades, para que as mesmas concorram aos cargos eletivos” (Ibidem).

Se por um lado a ditadura brasileira ficou em alerta com a militância dos portugueses no Brasil, por outro buscou propostas para contribuir na derrocada dos militares da Revolução dos Cravos em Portugal. Segundo Gaspari²⁰, ao citar um documento de 13 de

¹⁹ Pastas Temáticas, n.º 2.233, topografia 247, datado de 08.08.1975, Arquivo DOPS, DEAP.

²⁰ Diga-se de passagem, as pesquisas efetuadas pelo jornalista Élio Gaspari têm sido objeto de crítica por suas conclusões apressadas. Por exemplo, com base em parte da documentação de organizações de esquerda, ele se utiliza do termo “terrorista” em detrimento do termo “revolucionário”. Logo, Gaspari opta por utilizar a pecha imposta pelos militares aos opositores da ditadura mediante o uso de um termo ideológico e carregado de significados ligados a atos insanos, débeis ou impensados. Esta obra citada faz parte de sua coleção intitulada Ilusões Armadas, afora algumas incorreções, este trabalho traz uma dubiedade durante sua leitura. Há uma riqueza de detalhes, de informações que coincidem com as pesquisas até aqui realizadas em outros arquivos, resultado de uma pesquisa de grande envergadura, mas há uma

agosto de 1975, do Serviço Nacional de Informações (SNI), este órgão mostrou também preocupação com Portugal, uma vez que ele foi: “[...] condômino de arsenais secretos que chegou a pensar em utilizar numa megalomaniaca tentativa de invasão de Portugal, em 1975” (2002, p. 170). Afinal, a queda da ditadura portuguesa arrefeceria a antiga e estreita relação entre os dois regimes autoritários. Ao analisar os contatos entre os serviços de inteligência brasileiros com outros similares, Gaspari lembrou do convite recebido pelo mentor do SNI, Golbery do Couto e Silva, que em 1964, do: “[...] embaixador em Lisboa, recebeu ofertas do ministro do Exército de Portugal para visitar a Escola do Comando de Luanda, onde eram treinadas tropas para ações antiguerrilheiras que combatiam os movimentos pela libertação de Angola e Moçambique” (GASPARI, 2002, p.170).

No que concerne à “irmandade” existente entre as ditaduras de Brasil e Portugal, esta pode ser frequentemente comprovada em inúmeros documentos do DEOPS paulista. O jornalista e exilado português Miguel Urbano Rodrigues é citado no documento da polícia devido à sua participação nas comemorações do 25 de Abril no bloco de História da Universidade de São Paulo, já no dia 04 de maio de 1974. É lembrada ainda sua matrícula no Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, inclusive com seu número de registro sindical (Pasta 52-Z-014.573, Arquivo DEOPS, APESP). Outro jornalista também fichado no DEOPS é o português Fernando Lemos, exilado no Brasil (onde se naturalizou) desde 1953 (LEMONS, 2003). Sobre ele, a polícia paulista informou: “Integrava em out./ 75 o Conselho de Redação do jornal Portugal Democrático, editado para a colônia portuguesa do Brasil, e que seguia orientação do PC Português. Era exilado português e artista” (Pasta 50-Z-9-41179, Arquivo DEOPS, APESP).

Também da área da imprensa e da cultura, esteve fichado o jornalista, crítico teatral e poeta português João Apolinário (1924-1986), conforme a informação: “[...] Jul./Ago. 1978 – DOPS – ref. Correspondente do Jornal Leia – em Portugal” (Pasta 20-K-6-286, Arquivo DEOPS, APESP). Apolinário, antes de partir de Portugal, em 1963, era um poeta conceituado e durante seu exílio no Brasil teve alguns de seus poemas musicados e gravados. Atuando como jornalista também escreveu o livro 25 abril 1974: Portugal Revolução Modelo, como resultado de uma coletânea de reportagens escritas para o Última Hora, de São Paulo, durante sua estada em setembro de 1974 em Portugal, para onde foi na qualidade de enviado especial do jornal. Dedicou esta obra: “Aos poetas do meu país que não traíram a juventude e que tornaram o seu ‘Canto Livre’ uma arma contra o fascismo”. Alguns de seus poemas foram gravados com grande êxito pelo grupo musical Secos & Molhados, formado por seu

questão muito incômoda que perpassa todos os volumes. Trata-se de uma pseudoneutralidade em relação ao embate entre os setores dos militares no tocante ao Golpe e à sua continuidade. A obra maximiza a divisão entre linha dura e moderados a ponto de levar o leitor a acreditar que somente com um desses setores seria possível o Golpe e a sua manutenção por vinte e um anos. Afinal, a ditadura foi longa justamente pelas alternâncias internas de poder entre estes grupos das Forças Armadas. Na intenção de derrubar mitos e maniqueísmos, estas releituras podem atingir também outro extremo, suavizando o papel dos militares no desenvolvimento e na agudização da violência institucional.

filho, o também português João Ricardo, junto com os brasileiros Ney Matogrosso e Gerson Conrad.

A exemplo de Apolinário, inúmeros intelectuais portugueses se exilaram no Brasil neste mesmo período. Como Vítor de Almeida Ramos que se doutorou em Letras pela Faculdade de Assis, atual UNESP, onde lecionou Literatura Francesa, sendo a partir de 1964 professor da Universidade de São Paulo (USP). O escritor e professor Jorge de Sena, naturalizado brasileiro, por sua vez, doutorou-se na Faculdade de Letras de Araraquara. O historiador da USP, Joaquim Barradas de Carvalho teve uma forte inserção acadêmica e uma destacada atuação política nos círculos oposicionistas às duas ditaduras. Destacam-se ainda João Sarmiento Pimentel, Jaime Cortesão, Eduardo Lourenço, Agostinho da Silva e Adolfo Casais Monteiro, entre outros.

Até o conhecido músico português José Afonso, autor da canção-senha Grândola Vila, Morena, utilizada na saída dos militares dos quartéis para a derrubada da ditadura portuguesa, foi fichado pela DOPS: “O mesmo que Zeca Afonso. Compositor e cantor comunista português que produziu disco no Brasil para Marcus Flávio Pereira, prontuário 01383.” (Pasta 50-Z-9-41156, II Exército, do arquivo DEOPS, APESP). Por sua vez, no prontuário citado, com origem no Comando do II Exército/ 2ª Seção, são apresentadas inúmeras informações sobre o publicitário Marcus Pereira (morto em 1982), cujo histórico compreende o período de fevereiro de 1966 a maio de 1976: “é dono da Marcus Pereira Publicidade e foi representante do Governo Arraes em São Paulo”. De acordo com o informe INFE B-1, datado de 06 de maio de 1976:

Entre 17 e 20 Fev. 76, em trânsito por Lisboa/Portugal, concedeu entrevista exclusiva ao jornalista português JOSÉ JORGE LETRIA, que foi divulgada pelo matutino lisboeta ‘O Diário’, porta-voz oficioso do Partido Comunista Português. Analisando o teor da entrevista, nota-se que o epígráfico procura habilmente denegrir a imagem cultural do BRASIL no exterior. Na oportunidade revelou haver produzido no BRASIL, um disco intitulado ‘Portugal de Hoje’, com canções ‘Progressistas’ de JOSÉ AFONSO [...] Dentre as canções gravadas, destaca-se ‘Grândola Vila Morena’, um dos símbolos da revolução de 25 abr. 74, em Portugal. Durante sua permanência na capital portuguesa, foi acompanhado pelo refugiado brasileiro JOSÉ CELSO MARTINEZ CORREIA (Pasta nº. 50-Z-9 [206], Arquivo DEOPS, APESP).²¹

Portanto, Marcus Pereira foi fichado por ter concedido entrevista a um antigo opositor da ditadura portuguesa, tendo inclusive neste documento uma observação manuscrita junto ao nome de Letria. Há que se enfatizar que José Jorge Letria, além de jornalista e escritor,

²¹ Além de José Celso Martinez, também Augusto Boal, outro grande expoente do teatro brasileiro, também se exilou em Lisboa. Em particular, núcleos brasileiros se formaram na Costa da Caparica e em Cascais.

também era ator e músico de prestígio. Aqui também é revelada a importância da canção *Grândola, Vila Morena* e sua importância histórica, o que contribuiu na produção de informações sobre Marcus Pereira. Segundo o próprio Letria²² (que também confirmou a entrevista feita com Marcus Pereira), os radialistas responsáveis por tocar *Grândola* não a tinham na emissora. Assim, Letria foi até sua casa e levou seu disco à Rádio Renascença, assim a canção foi usada como a segunda e última senha para a saída dos militares revoltosos dos quartéis.

O informe mencionado anteriormente é uma resposta a um pedido de busca de antecedentes de Marcus Pereira, requerido pela divisão de informações do Ministério da Aeronáutica. Neste pedido já constam uma série de detalhes sobre o publicitário, entre os dados conhecidos:

4. [...] teria, ainda estabelecido contatos com a Philips portuguesa com o fim de receber os direitos autorais e de gravação pertencentes a “CHICO” BUARQUE DE HOLLANDA/ M. BETHANIA e estudar a possibilidade de aquela empresa lançar em PORTUGAL os álbuns produzidos pela gravadora que MARCUS PEREIRA possui no Brasil (Pasta nº. 50-E-29-185, Arquivo DEOPS, APESP, datado de 04 mai. 1976).

Seu prontuário, portanto, também foi adensado devido às suas relações com a canção brasileira de cunho mais engajado, muito embora estivesse aqui impregnada também a visão empresarial que caracterizou o projeto discográfico inerente à Gravadora Marcus Pereira. Igualmente teve seu nome sob suspeita por sua relação com a música portuguesa de contestação, em particular, um cancionista que não encontrava espaço na indústria fonográfica brasileira.

O mesmo Marcus Pereira também seria alvo da PIDE em razão de ter sido um dos signatários de um manifesto de intelectuais brasileiros contra a reabertura do campo de concentração do Tarrafal, desativado em 1957, local em que foram presos e mortos inúmeros opositores políticos à ditadura portuguesa. Diante da assinatura de Marcus Pereira, o inspetor-adjunto da PIDE requereu junto à Divisão de Estrangeiros informações sobre sua ficha política (IAN/ TT, PIDE/DGS, proc. 2432/63-SR, NT-3308). Também assinaram tal manifesto de março de 1963, enviado à Secretaria Geral das Nações Unidas, Lígia Fagundes Teles, Rubens Paiva²³ e Jamil Haddad, entre outros.

²² Depoimento ao autor em 16 nov. 2004, em Lisboa.

²³ Ex-deputado, assassinado mediante tortura no ano de 1971, sendo que até o presente não foram encontrados seus restos mortais.

Considerações finais

As consultas aos arquivos da DOPS contribuíram na compreensão do funcionamento e do alcance das teias de comunicação entre as polícias estaduais, a Polícia Federal, as empresas estatais, além de delatores infiltrados nos movimentos sindicais, estudantis e artísticos. A produção de informações advinda das DOPS e também da PIDE-DGS, reais ou inventadas, serviu de parâmetro para ações práticas, como prisões, proibições e abertura de processos, no enquadramento dos setores observados, e, provavelmente, numa própria autojustificativa para a existência destes serviços e seus respectivos cargos públicos, com as comissões e extras recebidos pelos agentes quando da sua atividade rotineira ou nas “diligências”.

Por fim, há que se ressaltar que os arquivos destas duas polícias políticas, além de exporem suas ações práticas por meio da repressão, revelam também a produção e a circulação de informações que, por sua vez, devem ser balizadas a partir de outras referências. Afinal, apontam para uma visão unilateral, mas nem por isso meramente resultado de uma “representação” ou “imagem” que a repressão construiu da oposição. Afinal, esta indústria de informações também deu suporte às operações que levaram as pessoas à morte, à prisão, ao sequestro, à tortura e ao “desaparecimento”. Assim, construiu também uma ponte para a circulação de informações entre os dois países, bem como produziu e reforçou o convencimento dos ideais destes regimes autoritários nas próprias fileiras da repressão, seja do lado de cá ou de lá do Atlântico.

Referências

APOLINÁRIO, João. *25 abril 1974: Portugal Revolução Modelo*. Rio de Janeiro: Nórdica, 1974.

AZEVEDO, Candido de. *A censura de Salazar e Marcelo Caetano - imprensa, teatro, cinema, televisão, radiodifusão, livro*. Lisboa: Caminho, 1999.

CAETANO, Marcelo. *Depoimento*. Rio de Janeiro: Record, 1974;

CAMPOS, J. M. *Opressão (fascismo) e repressão (PIDE) - Subsídios para a história da PIDE*. Lisboa: Amigos do Livro Editores, v. 1, 1974.

CORTEZ, Lucili Grangeiro. Pensamento e acção política de exilados brasileiros pela independência das colónias portuguesas. *Actas Congresso Luso-Brasileiro - Portugal-Brasil: memórias e imaginários*. Lisboa: Ministério da Educação, v. 1, 2000, pp. 650-64.

COSTA, Eugénia Ribeiro da. Apresentação. In: *Guia da Exposição: O Arquivo da PIDE/DGS na Torre do Tombo*. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo/ Ministério da Cultura, 1997.

FREIRE, Paulo. *Andarilhos com Paulo Freire* – Entrevista, 2012. Disponível em: <http://amaivos.uol.com.br/amaivos09/noticia/noticia.asp?cod_noticia=8773&cod_canal=41>. Acesso em: 03 mar. 2014.

FREITAS, Alípio. *Entrevista de Alípio de Freitas*. Depoimento ao autor em 27 nov. 2004, em Lisboa/ Portugal.

_____. *Resistir é preciso: memória de um tempo da morte civil no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 1981.

GASPARI, Élio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. (As ilusões armadas).

LEMONS, Fernando, LEITE, Rui. (orgs.). *A missão portuguesa: rotas entrecruzadas*. São Paulo: EDUNESP; Bauru: EDUSC, 2003;

MARTINS, João Paulo, LOUREIRO, Rui. As organizações armadas em Portugal de 1967 a 1974. *História*, nº. 18, abril/ 1980, p. 14-26.

MATTOSO, José. Apresentação. *Guia da Exposição – O Arquivo da PIDE/ DGS na Torre do Tombo*. Lisboa: Ministério da Cultura/ Torre do Tombo, 1997.

MORTÁGUA, Camilo. Assalto ao Santa Maria - Camilo Mortágua recorda todos os momentos. In: *História de Estarreja e Murtosa*, 2010. Disponível em: < <http://historia-estarreja-murtosa.blogspot.com.br/2010/01/assalto-ao-santa-maria-camilo-mortagua.html>>. Acesso em: 26 nov. 2011.

RIBEIRO, Maria da Conceição. *A Polícia Política no Estado Novo (1926-1945)*. Lisboa: Estampa, 1995.

RODRIGUES, Edgar. Edgar Rodrigues: o escritor político português exilado no Brasil. *Revista do Povo – Censura*, Lisboa, n. 12, 1 de jul. 1975, pp. 28-31.

SANTOS, Francisco Sá Barreto dos. *A construção do fato pelo discurso midiático: o caso do atentado a bomba no Guararapes*. (Dissertação em Comunicação), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

VINHAS, Manuel. *Profissão exilado*. Rio de Janeiro: Portugália Editora, 1976.

Texto recebido em 11 de agosto de 2013 e aprovado em 15 de fevereiro de 2014